



## Editorial

A razão desse dossiê se vincula a questões que atravessam o nosso presente, e, mais especialmente, ganha sentido quando situado em determinado período, o ano de 2019. Foi um ano muito importante na história das manifestações populares contra o governo de Jair Bolsonaro. Sabemos do caráter explicitamente conservador desse governo, caracterizado por discursos e práticas profascistas e totalmente alinhado a um projeto neoliberal de destruição do Brasil e, dentro do qual, se defende a privatização da educação. Naquele ano, ataques bolsonaristas à ciência e à educação eram continuamente disseminados nas redes sociais e outros meios de divulgação através de *fake news*, o que não difere do que vem acontecendo até hoje.

Jovens estudantes, professores e demais servidores de várias universidades públicas foram às ruas gritar pela defesa da educação. A exemplo disso, dois grandes atos públicos foram marcantes: um realizado no dia 8 de maio de 2019, em que todos os *campi* da UFF se rebelaram contra o corte de 30% de verbas no orçamento da UnB, UFBA e UFF operado pelo Ministério da Educação dias antes e seguido do aviso da extensão da mesma medida para as demais instituições federais de ensino superior no Brasil. Nesse mesmo dia, em Angra dos Reis, onde está localizado o Instituto de Educação de Angra dos Reis da UFF, também se juntavam à manifestação trabalhadores e sindicalistas que, como nós, eram contrários à reforma da previdência que o governo federal impunha como uma de suas pautas prioritárias. É preciso lembrar, também, que Angra dos Reis foi uma das cidades onde Bolsonaro teve uma quantidade muito expressiva de votos, superando os 70%. Ainda assim, via-se nas ruas a resistência de parte da população. Uma semana depois se seguiu um ato de maior amplitude, em nível nacional, e reunindo profissionais da educação básica e superior e estudantes: o dia 15 de maio de 2019: Dia da Greve Nacional da Educação, em defesa da universidade pública, por uma educação de qualidade e pela defesa dos direitos dos trabalhadores.

Na região da Baía da Ilha Grande e na qual se encontram vários municípios, entre os quais Angra dos Reis, Paraty, Mangaratiba, a UFF é a única universidade pública. Com décadas de existência, desde 2009, com a criação de seu Instituto de Educação de Angra dos

Reis (IEAR-UFF), vem se consolidando como expressão importante na região em ensino superior por meio de três cursos de graduação (Licenciaturas em Pedagogia e Geografia e Bacharelado em Políticas Públicas), pós-graduações *lato sensu*, projetos de extensão, pesquisa, iniciação à docência, licenciatura e tantas outras atividades realizadas junto às comunidades locais, entre elas os guarani, os quilombolas e caiçaras e demais organizações, assim como os profissionais da educação da região.

Nesse lugar periférico, marcado por muita desigualdade social, desemprego, grandes índices de violência e, ao mesmo tempo, dotado de uma diversidade cultural que contempla sabedorias, conhecimentos e experiências ancestrais e recriados continuamente, moram muitas famílias de trabalhadores e seus filhos que, hoje, são estudantes na UFF.

Foi então no ano de 2019 que decidimos realizar uma ação – o curso de extensão “Retórica, Discurso e Verdade: suas implicações na formação docente”, com base no desejo de dar visibilidade, por meio do estudo, aos problemas que estavam postos naquele momento através dos discursos produzidos em âmbito institucional e, de modo mais amplo, na sociedade. Investigaríamos acerca do que se entende por “verdade”, “pós-verdade”, “realidade”, “fato” e a sua relação com os discursos provenientes da tradição científica, de modo a propiciar assim conversas e reflexões com os professores da educação básica e alunos dos cursos de graduação. Assim, poderíamos abrir um tempo/espço de estudo para pensar sobre a relação entre prática docente, conhecimento científico, poder e linguagem.

Nesse sentido, escolhemos focar nos estudos da Retórica atravessando suas significativas contribuições desde os tempos antigos até a contemporaneidade, a fim de ali identificar o exercício de certa racionalidade que leva em conta a compreensão da complexidade dos discursos, seus diferentes gêneros e as suas relações com a verdade e o poder; as implicações da relação entre aquele que emite uma mensagem e o seu auditório e as diversas formas de comunicação; os conflitos de opiniões e de pressupostos teóricos ou outros acerca de variadas questões que envolvem o contexto da sala de aula, demandas estas com as quais o professor precisa lidar.

O que impeliu à realização do curso, por demais, foi a constatação de que as crianças e os jovens brasileiros, público-alvo majoritário da intervenção pedagógica dos profissionais da Educação, estão amplamente conectados por diversas redes sociais virtuais, através da rede mundial de computadores. A partir disso, estão sujeitos a uma infinidade de discursos persuasivos, originados de uma imensidão de fontes, nem sempre preocupadas com a difusão de conhecimentos cientificamente verificados e de valores eticamente civilizatórios. Essa

realidade, nova pela sua dimensão, coloca enormes desafios à prática docente – e, justamente pensando nesses desafios, planejamos esse curso.

O curso contou com a frequência regular de 25 alunos, entre estudantes dos cursos de graduação do IEAR-UFF e professores da educação básica da região, com a participação de professores do próprio Instituto, entre os quais André Luiz Rodrigues e William de Góes Ribeiro, e o professor convidado da UFRJ Renato José de Oliveira, para ministrarem aulas, além de nós, como organizadores e docentes do curso.

A organização do dossiê conta, portanto, com os textos dos docentes que atuaram no curso de extensão “Retórica, Discurso e Verdade: suas implicações na formação docente”, somados a textos de pesquisadores e pesquisadoras convidados, especialistas nas áreas correlatas à temática do curso e deste dossiê.

No texto “Da Retórica antiga ao ofício do professor na sala de aula hoje: relações possíveis”, Silmara Lídia Marton busca, a partir da relação entre a Filosofia e a Retórica da Antiguidade Clássica – reavaliando o papel dos sofistas (muito criticados pela tradição filosófica desde Sócrates) para a prática política democrática, e apresentando as discussões acerca do tema a partir de Platão, Aristóteles e Cícero, tomando como referência teórica principal Marilena Chauí –, refletir acerca da condição do trabalho docente contemporâneo. Em um contexto de ataques neoliberais à escola pública, de aumento de velocidade da vida social e da produção e circulação em massa de discursos falsos, a autora preza por defender o papel da escola e a importância do trabalho docente como mediação de conhecimento rigoroso, recuperando as contribuições teóricas dos clássicos, bem como seus exemplos de vida.

André Rodrigues, no texto “Uma anatomia do verbo: eternidade e contingência”, apoia-se nas reflexões de Marcel Detienne acerca da relação que a política estabelece com a verdade e o discurso desde a transição, durante o período arcaico da Grécia Antiga, de uma “palavra mágico-religiosa” para uma “palavra-diálogo”, representando uma laicização do discurso político. A partir dessa constatação, o autor elabora, a partir da reflexão de autores da Filosofia Política moderna – em especial, Montaigne, Hume e Montesquieu – sua perspectiva do que chama de dois “regimes de verdade” – o de *eternidade*, pautado numa ideia de verdade fundamentada em valores universais, e o de *contingência*, que entende que o próprio discurso é parte da construção da verdade – e suas implicações para o pensar e o fazer políticos.

No texto “Pensando a política com Jacques Derrida: notas sobre o desespero na utopia pedagógica”, William de Góes Ribeiro apresenta, a partir de um roteiro biobibliográfico de

Derrida, suas contribuições para se pensar a política, em sentido amplo, mas, sobretudo, as políticas pedagógicas e de currículo. Ribeiro é crítico às tentativas de deslegitimar a contribuição do filósofo francês, que procuram reduzi-lo a um relativismo e a uma despolitização, e aponta para a importância de Derrida para se pensar a pedagogia e o currículo desde uma “política (pós)utópica”, sem a pretensão universalista do que chama de “utopias pedagógicas” modernas, mas que afirma a diferença e aberta ao questionamento dos valores culturais que circulam nas sociedades contemporâneas.

O texto de Renato José de Oliveira, cujo título é “Retórica, Educação e Práticas Docentes: algumas reflexões” oferece contribuições substanciais acerca do alcance da racionalidade retórica. Conforme vem demonstrado em seu texto, todo conhecimento na ciência se constrói pelo confronto entre teorias, segundo certas regras e acordos, um contexto de argumentações e questões problemáticas que, por sua vez, na forma de discursos, diretrizes e princípios, afetam diretamente a formação docente e as suas práticas. Tomando como base teórica de suas reflexões autores como Perelman e Olbrechts-Tyteca sobre argumentação e Meyer, com seu enfoque problematológico, e suas considerações acerca da atualidade marcada por conservadorismo, negacionismo e passionalidade extrema e, em especial, um contexto educacional influenciado por discursos pedagógicos conservadores, prescritivos e reducionistas, o autor nos dá a vislumbrar as possibilidades da racionalidade retórica nas práticas docentes enquanto processos de diálogo, argumentação e reflexão sobre os problemas.

Guiada pela compreensão de que todo discurso é uma prática cultural de construção de sentidos e que o currículo é um sistema de cultura de modo que se constitui como *currículo autoral coletivo* em sala de aula, Andrea Penteado, autora do texto “Aulas de Arte no Ensino Básico: do que é, mesmo, que estamos falando?”, retoma alguns conceitos da retórica e da argumentação dialética de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, entre os quais, o “acordo”, a “dialética”, entre outros, destacando suas possibilidades para pensar e argumentar sobre conhecimento, currículo e práticas escolares entre alunos. Neste texto, de forma detalhada, é apresentado um recorte de pesquisa em que se investiga a compreensão que os alunos e professores, sujeitos pesquisados de duas instituições educacionais, têm por meio de discursos/imagens sobre o objeto de conhecimento das artes visuais e, ao final, algumas conclusões.

Partindo do conceito de *Halbbildung* (“semiformação”), de T. W. Adorno, Emerson Campos Gonçalves, Juliana Barbosa Coitinho e Robson Loureiro, no texto “Vício em

imagens, metilfenidato e a cultura do déficit de atenção – implicações da sociedade excitada para a (semi)formação docente”, analisam criticamente a relação entre a explosão imagética que atravessa as sociedades contemporâneas, principalmente através do uso de telas, a produção em massa de uma juventude com “déficit de atenção” e a medicalização generalizada – sobretudo com a droga metilfenidato. Os autores, criativamente, questionam se o problema não seria mais um “déficit de imaginação” provocado pelo vício em imagens, e sugerem, para os docentes, uma prática pedagógica que desestimule o consumo de imagens, além de apontarem, como contraponto à mediação das relações sociais através das telas, um fortalecimento de vínculos comunitários presenciais.

No texto que se intitula “Quantas Verdades caberiam numa Verdade Real?”, Ellen Zouain nos conduz a pensar a relação entre linguagem e verdade e de que modo o caráter múltiplo, mutável e móvel das coisas que fazem parte do processo criador e orgânico da vida, é capturado de maneira reduzida, simplificada e limitada pela palavra. Nesse sentido, o texto se realiza num entrelaçamento fecundo de argumentos do filósofo Nietzsche e de uma de suas interlocutoras no Brasil, Viviane Mosé, acerca da verdade, linguagem, conceito e palavra, apontando, em seguida, o caminho da linguagem habitada pela poética, pela Arte.